

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Journal do Brasil Class.: País Amazônico  
 Data: 08.03.77 Pg.: AFRR 011

**Itamarati reabre consultas  
 sobre organização amazônica**  
 JB 8/3/77

Brasília — O Itamarati está reabrindo as consultas com sete países vizinhos do continente a respeito das possibilidades de formação de um organismo econômico e político que reúna as nações amazônicas. O Chanceler Azeredo da Silveira, na semana passada, teve contatos separados e mantidos sob total reserva com os Embaixadores da Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Suriname, assim como os Encarregados de Negócios da Bolívia e da Guiana.

Essas primeiras consultas foram realizadas com extrema cautela, na tentativa de apenas identificar as áreas de interesses comuns de cada um daqueles países com o Brasil em território amazônico. Abriram perspectivas para que, num segundo estágio, após a reação positiva dos Governos envolvidos, seja abordado especificamente o projeto de formação do organismo multilateral.

**Obstáculos**

Nessa ação, desencadeada quando todas as atenções da imprensa estavam voltadas para as negociações a respeito dos problemas nucleares com a delegação Warren Christopher, o Itamarati teve o cuidado de contornar susceptibilidades dos países consultados, sobre conflitos capazes de frustrar o projeto principal da soma de esforços na Região Amazônica. Atritos históricos entre Peru e Equador, Venezuela e Colômbia, além das disputas territoriais entre a Venezuela e Guiana foram alguns dos fatores identificados como obstáculos concretos ao avanço dos entendimentos. As indagações às Chancelarias vizinhas ainda estão se processando e as respostas vão servir como base das negociações futuras, já centradas na tarefa da estruturação do organismo amazônico.

**Solidariedade continental**

Politicamente, embora não seja novo — foi timidamente lançado em meados do ano passado — o projeto do Governo brasileiro assume agora um significado especial. É uma reação de solidariedade de uma importante facção do continente ante os ataques que, sob diferentes pretextos, cada um dos países sul-americanos vêm sofrendo dos Estados Unidos.

A União dos Estados amazônicos, nesse caso, corresponde em peso político à organização da Bacia do Prata, onde pelo menos três países membros — Brasil, Argentina e Uruguai — têm sérias razões de queixa contra a interferência do Governo do Presidente Jimmy Carter em seus assuntos internos.

Ao grupo do Prata, soma-se ainda o Chile, país contra o qual os Estados Unidos devotam sua maior agressividade em toda a área.

o Inventário dos ressentimentos pelas inabilidades de Washington envolve ainda os Governos do Peru (cuja renúncia à ajuda militar norte-americana é pioneira no continente), da Venezuela e da Colômbia. Os atritos sobre o mar territorial de 200 milhas, as acusações não provadas de subornos às suas autoridades máximas e o combate sistemático aos seus produtos de exportação são fatores capazes de motivar peruanos, colombianos e venezuelanos numa ação comum de solidariedade sob a organização amazônica.

Para a Guiana e o Suriname, o atual estado de coisas representa uma oportunidade única de participação ativa com os vizinhos do continente, interrompendo o isolamento que a diferença de peso econômico e de expressão demográfica somente tendia a aprofundar.

**Programas comuns**

Nos seus moldes originais, a organização dos Estados amazônicos, seria montada sobre os programas comuns que cada um dos países da região vem desenvolvendo por sua própria conta até agora.

Isso inclui os projetos viários (rodovias, hidrovias, ferrovias), a exploração econômica (projetos de exploração agrícola, projetos pecuários, programas de reflorestamento e pesquisa científica), o estabelecimento de redes de telecomunicações e programas de treinamento técnico. Com países como o Peru, a Colômbia e a Venezuela, trabalhos conjuntos poderão ser estendidos também ao cuidado aos grupos indígenas, concretizando uma antiga aspiração do Instituto Indigenista Latino-Americano, sediado em Bogotá.

No plano industrial, antigos projetos de complementação e de intercâmbio de mercadorias, assim como da instalação de fábricas em áreas estratégicas capazes de atender às necessidades de dois ou mais países (a exemplo das fábricas de cimento) serão ativados pela organização.

Todo o esquema, enfim, terá como base inúmeras iniciativas isoladas que, apenas no plano bilateral, o Brasil estabeleceu com cada um dos seus parceiros amazônicos, principalmente com a Colômbia, com o Peru, com a Venezuela e com o Equador e, em escala mais modesta, com o Suriname. A Guiana não dispõe de projetos amazônicos mais avançados com o Brasil, a despeito de entendimentos em Georgetown por ocasião da visita do Chanceler Gibson Barbosa em 1973, e, mais tarde, quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mills, esteve em Brasília. No calor das denúncias (posteriormente desmentadas) sobre treinamento de guerrilheiros por integrantes cubanos em seu território